



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa de Solos
Ministério da Agricultura e do Abastecimento*

O ASSENTAMENTO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

UM NOVO MODELO DE REFORMA AGRÁRIA PARA O PAÍS

Doracy Pessoa Ramos

Déa Sousa Assis

Maria de Lourdes Mendonça Santos

Celso Vainer Manzatto

Júlio Roberto Pinto Ferreira da Costa

Rio de Janeiro, RJ
2001

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Solos

Rua Jardim Botânico, 1.024
22460-000 Rio de Janeiro, RJ
Tel: (0__21) 2274-4999
Fax: (0__21) 2274-5291
E-mail: embrapasolos@cnps.embrapa.br
Site: <http://www.cnps.embrapa.br>

Projeto gráfico e tratamento editorial

Jacqueline Silva Rezende Mattos

Fotografia

Adoildo da Silva Melo

Capa

Lipe Dias

Normalização bibliográfica

Maria da Penha Delaia

Revisão de texto

Júlio Roberto Pinto Ferreira da Costa

Revisão final

Jacqueline Silva Rezende Mattos

Tiragem desta edição: 300 exemplares

Todos os direitos reservados.

***A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei no. 9.610).***

Catálogo-na-publicação (CIP)

Embrapa Solos

O assentamento como indutor do desenvolvimento agrícola sustentável:
um novo modelo de reforma agrária para o país / Doracy Pessoa Ramos
... [et al.]. - Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2001.

23p. (Embrapa Solos. Documentos; n.23).

ISSN 1517-2627

1. Desenvolvimento agrícola sustentável. 2. Reforma agrária – Assentamento rural. 3. Agronegócio. I. Ramos, Doracy Pessoa. II. Assis, Déa Sousa. III. Santos, Maria de Lourdes Mendonça. IV. Manzatto, Celso Vainer. V. Costa, Júlio Roberto Pinto Ferreira da. VI. Série.

CDD (21.ed.) 338.1

© Embrapa Solos 2001

AUTORIA

Doracy Pessoa Ramos¹

Déa Sousa Assis¹

Maria de Lourdes Mendonça Santos¹

Celso Vainer Manzatto¹

Júlio Roberto Pinto Ferreira da Costa²

¹ Pesquisador, Embrapa Solos.

² Sociólogo, Embrapa Solos.

SUMÁRIO

Resumo • **ix**

Abstract • **xi**

- 1 INTRODUÇÃO • **1**
- 2 ANTECEDENTES E CONCEPÇÃO METODOLÓGICA • **3**
 - 2.1 Histórico • **3**
 - 2.2 Estado da Arte • **4**
 - 2.3 Objetivos • **6**
 - 2.3.1 Geral • **6**
 - 2.3.2 Específicos • **6**
 - 2.4 Metodologia • **7**
 - 2.5 Estratégias de Ação • **10**
- 3 AÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO • **11**
 - 3.1 Área Padrão • **11**
 - 3.2 Bases Técnicas • **11**
 - 3.3 Insumos • **11**
 - 3.4 Infra-estrutura • **12**
 - 3.5 Recursos Humanos • **12**

4	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ASSENTAMENTO MODELO	• 13
4.1	Conceituação de Desenvolvimento Sustentável	• 13
4.2	O Desenvolvimento Sustentável e a Fixação do Homem no Campo	• 13
5	OTIMIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO DO ASSENTAMENTO MODELO	• 14
5.1	O Assentamento Modelo e o Levantamento das Demandas Socioeconômicas	• 15
6	A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	• 17
6.1	O papel das Lideranças Comunitárias	• 17
7	O ASSENTAMENTO MODELO E OS INDICADORES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO	• 19
7.1	Escolaridade	• 19
7.2	Moradia	• 20
7.3	Gênero e Trabalho Feminino	• 20
7.4	Saúde	• 20
8	SUPORTE INSTITUCIONAL E BENEFICIÁRIOS	• 22
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	• 23

RESUMO

Este documento propõe uma metodologia de estabelecimento de assentamentos rurais considerados modelos, os quais possam se constituir em solução para os problemas sociais e econômicos das regiões onde forem implantados, funcionando como pólos indutores do desenvolvimento sustentável, oferecendo suporte à agricultura familiar e inserindo-as no agronegócio de modo sustentável.

Esta situação demanda do produtor rural, além do acesso à terra, um perfil empresarial e inovador de forma a otimizar a alocação de recursos, reduzir custos, potencializar vantagens comparativas regionais, aproveitar novas oportunidades produtivas e gerenciar seu próprio agronegócio.

Para atingir seus objetivos, a metodologia aqui proposta tem como ponto de partida a seleção de terras apropriadas ao desenvolvimento de políticas setoriais de produção, seguida pela seleção dos produtores segundo perfil específico para o que se pretende produzir e, finalmente, no desenvolvimento de recursos humanos, de maneira a estimular o desenvolvimento do agronegócio em todas as fases da cadeia produtiva.

Os beneficiários imediatos deste novo modelo são as famílias rurais selecionadas e a sociedade em geral, uma vez que, ao tornar-se o assentado um gerente do agronegócio, resolve-se as questões fundiárias e os conflitos sociais, tornando o assentamento não mais um problema social mas um indutor do desenvolvimento sustentável.

Termos de indexação: assentamento rural, agronegócio, desenvolvimento sustentável, reforma agrária.

ABSTRACT

*RURAL SETTLEMENT AS INDUCTOR OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT - A NEW
FRAMEWORK OF AGRARIAN REFORM FOR BRAZIL*

In this document it is proposed a methodological approach to the establishment of rural settlements that can be saw as a model, that constitutes a solution for the social and economic problems in the regions where it will be applied, as inductive poles of sustainable development, offering support to familiar agriculture and inserting them into the agribusiness in a sustainable way.

Such a situation demand of the rural producer, beyond the access to the land, an enterprise and innovative profile as a way to optimize the allocation of financial resources, to reduce costs, to optimize regional comparative advantages, to take profit of the new productive opportunities and to manage its agribusiness.

To reach its objectives, the proposed methodology has as the starting point, the selection of suitable land to the development of sectorial politics of production, followed by the selection of the rural producers, according to specific profile for what it is intended to produce and finally, in the development of human resources, in a way to stimulate the development of the agribusiness in all the phases of the productive chain.

The immediate beneficiaries of this new model are the rural families selected and the society in general, because when the settled rural producers become the manager of his own agribusiness, the land questions and the social conflicts are solved. It is so expected, that the new owner is not anymore a social problem, but an inductor of the sustainable development.

Index terms: rural settlement, agribusiness, sustainable development, agrarian reform.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário de mudanças aceleradas, em todas as esferas da produção, demanda modelos de desenvolvimento econômico e social que superem as dicotomias normalmente presentes em paradigmas passados, ou seja, de contraste entre posições desenvolvimentistas e o cuidado devido ao meio ambiente e o respeito às populações em seu meio tradicional.

No desenvolvimento dos novos paradigmas, que se revelam necessários para o desenvolvimento sustentável, surge o imperativo de modelos que contemplem uma interatividade realmente produtiva, afastando-se das práticas predatórias ao meio ambiente ou de exclusão social.

Esta mudança de paradigma implica relações holísticas, englobando as técnicas agrícolas, o meio ambiente, a pesquisa agropecuária e o modo de vida das populações e suas necessidades específicas, todos esses fatores sendo considerados em interação constante e produtiva, objetivando resultados que não poderiam ser alcançados sem tal cooperação.

De modo coerente com esse posicionamento, que se revela promissor em seus resultados, viável em seus processos e efetivo no atendimento às necessidades da população, este documento elabora uma proposta metodológica de assentamento modelo.

Propõe-se que o assentamento modelo venha a se constituir em uma solução para os problemas sociais e econômicos das regiões onde for implantado, por meio de ações de transferência de novas tecnologias ou produtos a serem criados ou adaptados pela Embrapa, que ofereçam suporte à agricultura familiar, agregando valor à sua produção, viabilizando pequenas agroindústrias e inserindo-as no agronegócio, de modo sustentável.

A proposta torna-se viável pelo uso rigoroso das diversas ciências envolvidas no planejamento de um assentamento rural que possa ser considerado modelo, tais como a geologia, a agronomia, a zootecnia, a sociologia e a economia, dentre outras que possam vir a ser aplicáveis.

Ao encontro desse rigor científico-metodológico, a viabilização do assentamento modelo necessita de uma conscientização política para além da política partidária, ao se tomar como prioritário o desenvolvimento municipal, regional e o bem-estar da população, onde a efetividade do desenvolvimento deve ser considerada direito de cidadania, em benefício dos produtores rurais. Neste contexto, para o assentamento modelo, define-se como *produtor rural* aquele que efetivamente reside na propriedade rural e nela trabalha, englobando homens, mulheres, crianças e idosos, que são os agentes sociais que formam a comunidade.

2 ANTECEDENTES E CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Histórico

O processo de colonização no mundo ganhou formatos diferentes, embora tenha apresentado resultados semelhantes às tradicionais dicotomias entre centro e periferia. A experiência do Brasil no processo de colonização definiu um padrão de propriedade da terra extremamente concentrador. Das Sesmarias da Colônia aos latifúndios da República, o caráter excludente manteve-se ao longo da história brasileira e as pequenas unidades de produção têm se estabelecido em caráter precário, muitas vezes às margens da lei. Tal estabelecimento tem sido tolerado e até estimulado como forma de obtenção de um excedente de produtos para o mercado interno e de manter um repertório de mão-de-obra para explorações comerciais (Silva & Wanderley, 1980). A produção dos sítios, minifúndios e roças representou, e ainda representa, importantes movimentos sociais de incorporação das terras ao espaço econômico.

De 1965 a 1985, o Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura, onde o governo implantou uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, por um lado, a modernização tecnológica, e por outro lado, foram motivos de conflitos intensivos no campo, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas, tais como: expulsão e expropriação de milhões de famílias de sem-terra, que migraram para as cidades; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; os diferentes problemas ambientais causados pelos projetos que não levaram em consideração a potencialidade das terras; e a intensa exploração agrícola (MST, 2000). O conjunto de fatores apresentados serve para a reflexão sobre a realidade insustentável do campo brasileiro, e a imagem negativa do Brasil, de possuir o segundo maior índice de concentração de terras do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Segundo relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, o Brasil possui a maior desigualdade social do mundo, onde 30 milhões de

brasileiros encontram-se abaixo da linha de pobreza absoluta e onde a fome é ainda um dos maiores problemas que precisamos enfrentar.

2.2 Estado da Arte

Em sua existência, o poder dos latifundiários, ancorado pelo Estado, inviabilizou toda solução da questão agrária no Brasil. Dois fatos contribuíram para uma tal situação: a intensificação das ocupações de terra e a queda do preço da terra. Hoje o latifúndio está agonizando e sua conservação se torna inviável, pelo “risco” de ocupação, custo de manutenção, além da perspectiva de impostos progressivos e de outras medidas políticas desfavoráveis ao latifúndio.

Atualmente, os conflitos pela posse da terra se intensificaram, causando comoções sociais preocupantes. A intensificação das ocupações é o resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, que em contínuo avanço organizou-se em 24 Estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. Até então, coube ao INCRA apenas o papel de administrar os conflitos, desapropriar e/ou não e conferir o certificado de posse da terra anteriormente invadida pelos sem-terra. Segundo Ramos *et al.* (1997), são raras as áreas desapropriadas ou adquiridas para fins de reforma agrária que não tenham sido previamente ocupadas de maneira irregular por famílias de produtores e só mais tarde regularizadas. Essa ocupação irregular normalmente se reveste de características tais como: baixo aproveitamento do potencial produtivo das terras e desigualdades na forma de apropriação individual das parcelas a regularizar. Além disso, sofrem também da inexistência de infra-estrutura adequada para a pequena produção, ausência de estrutura financeira para a pequena e média propriedade e falta de ordenamento da produção, armazenamento e comercialização, entre outros.

Algumas tentativas de mudanças com a finalidade de agregar valor à produção vêm sendo realizadas. O Projeto de Assentamento Alpina, localizado em Teresópolis-RJ, apresenta uma nova proposta

baseada na classificação da aptidão agrícola e na integração das variáveis físicas e socioeconômicas.

A Embrapa, em suas atividades concernentes ao seu compromisso com o desenvolvimento, executou um projeto que visa a reorganização do espaço territorial em assentamentos existentes nas microbacias da *Costa do Descobrimento*, na Bahia. Este trabalho apresenta um novo enfoque, multidisciplinar e interinstitucional, considerando as variáveis socioeconômicas e ambientais, com base no zoneamento agropedoclimático por cultura, de acordo com as características e potencialidades da área.

A necessidade de agregar valor à cadeia produtiva é imperativa na economia atual globalizada, onde as transformações econômicas, sociais e ambientais são imprescindíveis para a implantação de qualquer programa de governo que contemple a questão da reforma agrária e do desenvolvimento social. Esses programas também devem contemplar a sustentabilidade dos ecossistemas, com alternativas de melhor aproveitamento dos recursos locais, à luz das tecnologias disponíveis, da exeqüibilidade de implantação e da capacidade de extensão das cadeias produtivas envolvidas.

Esta situação demanda do produtor rural, além do acesso à terra, um perfil empresarial e inovador de forma a otimizar a alocação de recursos, reduzir os custos, potencializar vantagens comparativas regionais, bem como aproveitar novas oportunidades produtivas e gerenciar seu próprio agronegócio, tornando-se este um vetor de desenvolvimento local e regional. Além do agronegócio propriamente dito, outras atividades como turismo e lazer são também possíveis e perfeitamente compatíveis com o meio rural. Neste caso, além do agronegócio, os agricultores familiares devem vislumbrar a perspectiva do negócio familiar rural. Para tanto, toda uma rede de serviços e infraestrutura é imprescindível para que eles possam manter a competitividade e assim participar no processo produtivo.

2.3 Objetivos

2.3.1 Geral

Fornecer uma metodologia para implantação de assentamento modelo para o meio rural com base nas potencialidades naturais das terras, na infra-estrutura e no mercado, que funcione como indutor do desenvolvimento agrícola regional, tendo em vista o agronegócio e a agricultura familiar moderna, e que possa contribuir para a reorganização dos assentamentos existentes.

2.3.2 Específicos

- Fomentar o desenvolvimento rural sustentado com base na potencialidade natural das terras;
- elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e instrumentos de desenvolvimento agrícola regional, de reforma agrária e de expansão e fortalecimento das populações rurais;
- capacitar os agricultores familiares com novas tecnologias e treinamento gerencial voltado para a competitividade;
- contribuir para a desconcentração e diversificação da economia e a melhoria da qualidade de vida e renda da população rural, interiorizando o progresso e o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- estimular a dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais, por meio de atividades produtivas em melhores condições de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do agronegócio e do negócio rural;
- promover parcerias com instituições de ensino, pesquisa, extensão rural, bem como ONGs e empresas públicas e

privadas, visando a incorporação de novos produtos e tecnologias apresentadas no novo modelo de assentamento;

- implantar e disponibilizar uma Base de Dados Georreferenciada em ambiente SIG (Sistemas de Informação Geográfica), que servirá como instrumento de apoio ao acompanhamento e monitoramento dos assentamentos-modelo e que subsidiará a implementação de ações futuras, bem como fornecer informações relevantes aos planejadores e gestores em geral, na forma de um Sistema de Suporte à Decisão – SSD.

2.4 Metodologia

O projeto consiste na criação de um modelo de assentamento, esquematizado na Figura 1, que têm como ponto de partida a seleção das terras apropriadas ao desenvolvimento de políticas setoriais, passando pela seleção dos produtores, (seguindo um perfil específico a ser definido de acordo com as atividades agrícolas em questão) e culmina no desenvolvimento do capital humano, de maneira a estimular o desenvolvimento do agronegócio em todas as fases da cadeia produtiva. A competitividade do produto final e a sua adequação às exigências do mercado consumidor dependem da organização da cadeia do agronegócio com eficiência em todos seus elos.

A filosofia do modelo de assentamento proposto encontra-se em consonância com o projeto brasileiro denominado “*O Novo Mundo Rural*”, ora em discussão no governo, que visa a reformulação da reforma agrária no país. Terá suas bases nas seguintes premissas:

- respeito das vocações regionais – para ser bem aceito pela sociedade, o assentamento deve ser considerado não como um problema social, mas como uma alavanca do desenvolvimento regional;
- as famílias assentadas deverão ter tradição agrícola;
- os movimentos tradicionais serão consultados para a seleção dos produtores, mas não lhes caberá a decisão final;

- a escolha dos assentados não terá gerência política, ou seja, o perfil do assentado será definido com base em suas aptidões e experiência nas culturas adotadas: o produtor deve ser adaptado às culturas;
- as áreas selecionadas de acordo com suas potencialidades não deverão ser objeto de conflitos fundiários, mas compradas pelo Estado e refinanciadas ao produtor; e
- na seleção das culturas terão prioridade aquelas que permitam algum tipo de beneficiamento pós-colheita dentro do próprio assentamento, de forma a agregar valor ao produto final e potencializar a utilização da mão-de-obra familiar.

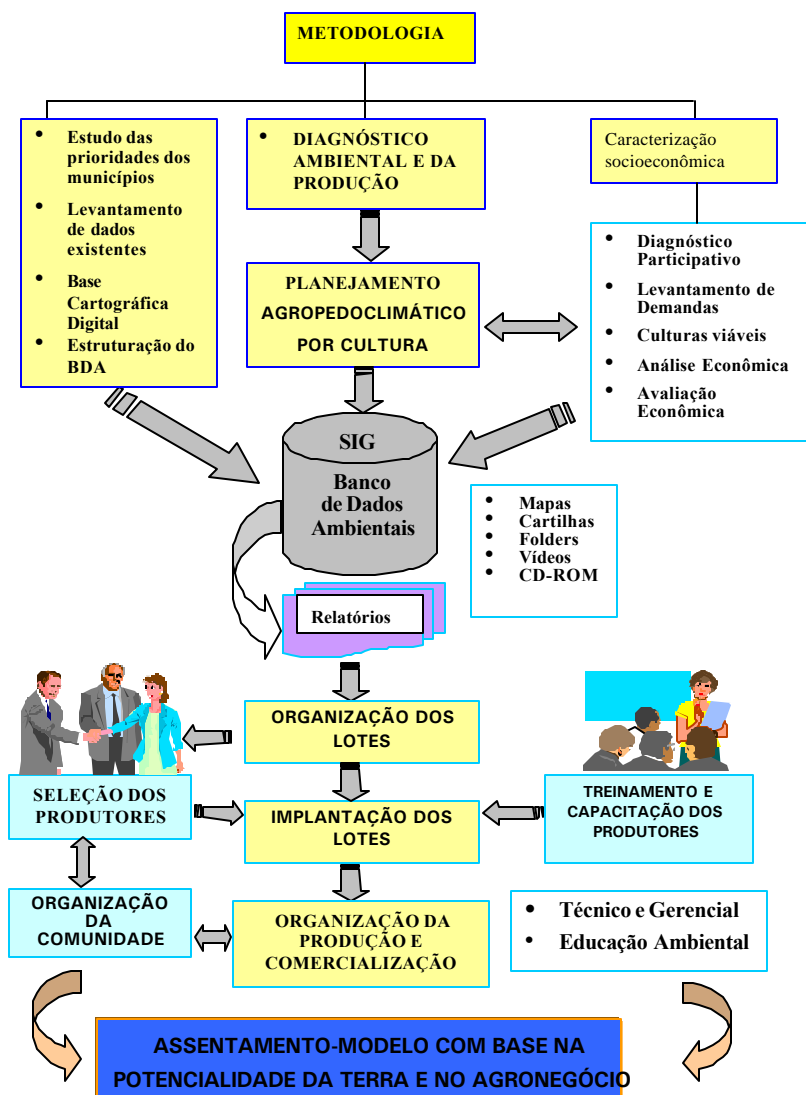


FIGURA 1. Principais fases metodológicas para a realização do assentamento modelo, objeto desta proposta.

A contribuição ao desenvolvimento local e regional prevista deve, antes de tudo, estar de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentado e, particularmente, de sustentabilidade da agricultura, como previsto na Agenda 21 (Nações Unidas, 1997), que prevê sistemas agrícolas economicamente viáveis, socialmente justos, ambientalmente corretos e com respaldo político.

2.5 Estratégias de Ação

- Definição de prioridades de acordo com a política local ou regional;
- definição das macrorregiões onde os modelos de assentamento serão implantados;
- seleção dos imóveis potenciais;
- diagnóstico ambiental, socioeconômico e de produção – definirá *o quê, onde e como* produzir;
- planejamento da ocupação das terras;
- organização e delimitação dos lotes;
- implantação dos lotes de produção, obedecendo a critérios técnicos, ambientais, sociais e econômicos;
- seleção dos produtores;
- capacitação tecnológica e gerencial dos produtores, de acordo com as metodologias Embrapa;
- treinamento empresarial dos produtores;
- organização da comercialização e beneficiamento da produção;
- organização da comunidade como processo indutivo do desenvolvimento regional.

3 AÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

Com o intuito de viabilizar a integração social e a fixação do homem no campo, diversas ações devem ser executadas em favor do desenvolvimento rural.

Nesse contexto, a operacionalização do projeto de assentamento modelo, além de ser baseada nas prioridades e na seleção de áreas de potencialidades conhecidas, deverá contemplar o itens seguintes:

3.1 Área Padrão

O assentamento modelo deverá ser planejado para atender 500 famílias. O tamanho padrão da área do assentamento deverá ser em torno de 5 mil hectares.

3.2 Bases Técnicas

- Realização de voo para obtenção de fotografias aéreas atualizadas e em escala apropriada, em cada área selecionada para o projeto;
- produção de Mapas Temáticos; e
- produção de Mapas de Solos e outros recursos ambientais.

3.3 Insumos

- Necessidade de sementes;
- equipamentos agrícolas (arados, grades, tratores, caminhão etc.);
- mudas;
- adubos e corretivos;

- defensivos agrícolas; e
- equipamentos de irrigação (bombas, tubulações etc.).

3.4 Infra-estrutura

- Construção de 500 residências com sala, 2 quartos, cozinha e banheiro;
- construção de escola para atendimento em níveis primário, médio e técnico;
- mini-laboratório para análise expeditas de solos e água;
- construção de estradas para escoamento da produção;
- construção de um galpão para máquinas;
- construção de um posto de saúde;
- construção de um templo religioso;
- construção de rede elétrica;
- construção de um escritório;
- construção de instalações de agroindústrias de pequeno porte;
- construção de um clube para reuniões, eventos e lazer; e
- rede de comunicação.

3.5 Recursos Humanos

- Consultores da Embrapa; e
- médicos, enfermeiros, professores, agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, cirurgiões-dentistas e outros.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ASSENTAMENTO MODELO

4.1 Conceituação de Desenvolvimento Sustentável

No sentido de que a sociedade e a população rural possam se beneficiar de um desenvolvimento socioeconômico que contemple as suas necessidades de forma holística, faz-se necessária uma visão de longo prazo, tendo em vista a manutenção desse desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a Embrapa, é: “o arranjo político, socioeconômico, cultural, ambiental e tecnológico que permite satisfazer as aspirações e necessidades das gerações atuais e futuras” (Embrapa, 1998).

O desenvolvimento sustentável estará incompleto sem o desenvolvimento social que organize os indivíduos em comunidade, e que essa comunidade se afigure em uma estrutura viável, que possa orientar a *ação social* de seus indivíduos, enquanto *agentes sociais*.

4.2 O Desenvolvimento Sustentável e a Fixação do Homem no Campo

O grupamento humano formador do campesinato, constituindo-se de homens, mulheres, crianças e idosos, com suas aspirações próprias que orientam a sua ação em referência às ações do outro em comunidade, deve ser estimulado a permanecer em um ambiente rural que lhe seja propício, de forma a, com a intervenção das atividades de extensão rural e a maior agregação de valor aos resultados de seu trabalho, manter e melhorar seu nível de vida no ambiente que lhes é mais familiar. A não fixação do homem no campo acarreta o êxodo para as cidades, com os problemas daí decorrentes, como a marginalização social e econômica, onerando o Estado em suas políticas de Previdência Social, entre outras.

A fixação do homem no campo é, pois, um valor para o desenvolvimento e para a cidadania, na medida em que preserva a dignidade da pessoa. Esse é um dos objetivos que será buscado no assentamento modelo.

5 A OTIMIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO DO ASSENTAMENTO MODELO

O assentamento que deve ser planejado e entendido como modelo deve incorporar em sua produção agrícola todas as tecnologias disponíveis e viáveis para a agregação de valor em seu agronegócio. Porém, contrariamente a uma prática de inserção de tecnologias e capacitação *a posteriori*, a partir da constituição do assentamento como *fato político* – comum em diversas configurações políticas populistas – o diferencial competitivo do assentamento modelo estará em um planejamento logístico prévio, momento em que serão definidas, com base em Sistemas de Suporte à decisão, a cultura mais adequada, nos solos mais propícios, com agricultores capacitados e atendendo às demandas e prioridades da região e do município.

Objetiva-se que o assentamento seja capaz de remunerar de modo suficiente a seus trabalhadores diretos e indiretos, bem como a seus dependentes, de modo a atenuar a pressão migratória para as cidades. Nesse sentido, deve-se igualmente desenvolver ações para que o assentamento seja um pólo de coesão social, dispondo, no mínimo, de:

- escola;
- moradia adequada; e
- serviço médico.

De forma a potencializar a coesão do grupo e sua identidade, pode-se propor a estruturação de:

- clube social, com atividades de lazer; e
- templo religioso.

Deve-se envidar esforços para a criação de uma comunidade que, na busca de seu progresso, seja indutora de desenvolvimento em sua região, e, pelo seu exemplo, estimule outras comunidades a se desenvolver segundo o mesmo modelo.

5.1 O Assentamento Modelo e o Levantamento das Demandas Socioeconômicas

Para fins de efetividade e de real viabilidade do assentamento-modelo, suas atividades agrícolas deverão estar em harmonia com a potencialidade natural de suas terras, tal como diagnosticada pelas tecnologias de ponta da pesquisa agropecuária, fornecidas pela Embrapa. Com essa finalidade, a metodologia prevê o levantamento da base cartográfica, diagnóstico socioeconômico e ambiental e o planejamento agropedoclimático em relação às culturas mais apropriadas para a área.

A viabilização do assentamento depende não apenas da potencialidade de sua base física, exponenciada pelas tecnologias agropecuárias, mas de seu capital humano, composto por indivíduos com suas aspirações, desejos e visão de futuro, que, em comunidade, se tornam agentes sociais sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, importa uma seleção criteriosa das famílias e indivíduos que possuam vocação agrícola, e, mais especificamente, vocação para aquela cultura indicada pelo diagnóstico ambiental e pelas prioridades do município e da região.

Essa ação específica deve incluir um aspecto de assistência ao produtor, de forma que ele esteja alocado naquela cultura onde suas habilidades e experiência melhor possibilitem o seu sucesso como produtor e como agente social capaz de se inserir com sucesso no agronegócio.

Igualmente nesse contexto, deve-se prever situações onde o indivíduo seja na verdade um trabalhador urbano sem-teto. Políticas de assistência social e de recolocação profissional devem ser previstas, elaboradas e executadas em relação a essas situações.

Enfocando-se as mudanças estruturais pelas quais passa a sociedade, importa viabilizar o assentamento dentro de uma cadeia produtiva com alta competitividade, em um quadro nacional de recursos financeiros escassos e com o agravante de uma competição globalizada. A partir desse cenário de escassez e competição, faz-se necessária uma

mudança de atitude que supere ou atualize os modelos de percepção e ação dos antigos cenários da agricultura familiar.

Com o novo contexto do agronegócio, a mudança de atitude implica em mudança da cultura do grupamento humano, com a internalização da importância do desenvolvimento da capacidade empresarial e a postura proativa – em oposição a uma acomodação apenas reativa – frente aos novos desafios do mercado. Essa meta será possível se os produtores tiverem internalizado o consenso da busca do bem comum para o assentamento como um todo, e conjuguem esforços para a viabilização de uma agroindústria, beneficiando e agregando valor a seus produtos.

Assim, os produtores devem ser continuamente capacitados a auferir benefícios a partir das práticas de mercado. Devem ainda, exercitar a análise dos custos de produção por três tipos de custos: fixo, variável e total. Este método resulta em custo de produção estimados a partir de: i) operações agrícolas; ii) operações agrícolas efetuadas através de empreita; iii) materiais de consumo; e iv) custos indiretos na produção, envolvendo as obrigações sociais, tais como: depreciação, seguro, encargos financeiros para capital de custeio, custo do uso da terra, impostos e administração. Dentre os vários indicadores de retornos econômicos que serão obtidos nesta análise, destacam-se os seguintes: renda bruta; fluxo de caixa; margem bruta em relação ao custo operacional efetivo; margem bruta total; margem bruta para custo operacional total; margem bruta para o custo total de produção, que indicam a taxa de retorno para remunerar o risco, a capacidade empresarial do proprietário e o ponto de nivelamento (quantidade de produto necessário para cobrir os custos).

6 A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Com a finalidade de que o assentamento modelo possa realizar todos os objetivos que se fazem necessários para o desenvolvimento, os aspectos da interação humana produtiva devem ser valorizados e desenvolvidos como uma riqueza em si.

O grupamento humano que participa de um sistema de produção precisa ter um modelo básico de ideais compartilhados, e a crença de que podem chegar a esses ideais trabalhando em conjunto (Berger & Luckmann, 1985). Esses ideais compartilhados e crenças em comum constituem a cultura do grupamento humano.

Por “cultura” queremos significar, neste contexto, a experiência simbólica compartilhada que constitui o indivíduo enquanto agente social, capacitando-o para a aprendizagem de normas, papéis, valores, e a interação eficaz com outros agentes sociais.

A organização da comunidade, intimamente relacionada à interação humana, depende diretamente da construção, da manutenção e do transacionamento desses modelos no ambiente cultural, que é o cenário da ação dos agentes sociais (Weber, 1983). Nesta visão, parte-se da premissa de que, no ambiente cultural, os agentes sociais buscam sempre o mais e o melhor, ou seja, buscam um “ser mais” pessoal e coletivo. O sociólogo Ernest Becker resume esses conceitos em uma frase que as pessoas, de modo implícito, poderiam estar dizendo umas às outras: *“Vamos todos nos proteger mutuamente de forma que possamos levar adiante a tarefa de ganhar a vida”* (Becker, 1962).

6.1 O Papel das Lideranças Comunitárias

É um fenômeno conhecido do grupo humano o surgimento, de forma espontânea, de uma pessoa que se caracterizará como líder. Na equipe ou no grupo informal envolvido em qualquer atividade, como resultante da interação social, um dos participantes normalmente se destaca ao coordenar os esforços conjuntos e é acolhido pelos outros

nesse papel social. Esse agente, o líder, coordena o grupo geralmente de modo informal, a partir de suas características pessoais (objeto de estudo da psicologia) que lhe conferem uma autoridade, e essa autoridade é legitimada consensualmente pelos outros agentes sociais envolvidos – o que o diferencia de papéis sociais como chefe, interventor etc.

Nesse papel, o líder provê referenciais para a decisão coletiva e as iniciativas pertinentes, muitas vezes em questões onde os outros possam estar indecisos. Mesmo não pleiteando a posição, o líder a aceita face à requisição dos outros agentes sociais. Sua importância reside na contribuição para que o grupo alcance as metas coletivas e atue com base na autoridade consensual que lhe é conferida (Bernardes, 1993).

As lideranças comunitárias, assim caracterizadas, podem ser uma alavanca no desenvolvimento social, na medida em que são formadoras de opinião e capazes de motivar os membros da comunidade a adotar as mudanças que sejam necessárias, preservando o essencial da visão de mundo (a cultura) da coletividade. No assentamento modelo, o surgimento espontâneo dessas lideranças será estimulado, e elas estarão incluídas nas ações pedagógicas que visam potencializar a produtividade do assentamento, agregar valor a seus produtos, afastando a coletividade da exclusão social – em suma, ajudando a viabilizar o assentamento modelo.

7 O ASSENTAMENTO MODELO E OS INDICADORES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO

A consecução de resultados mensuráveis é básica para o correto gerenciamento do assentamento modelo, bem como para a avaliação e melhoria contínua de suas atividades de desenvolvimento, tanto no campo agropecuário como nos benefícios sociais proporcionados pela produtividade econômica. Vejamos pois alguns indicadores que podem ser úteis tanto para a avaliação quanto para as ações de melhoria, frente a novas necessidades e suas ações pertinentes.

7.1 Escolaridade

- **Iniciativas:** elaboração, coordenação, execução e supervisão de um programa de estudos voltado para o produtor rural, em harmonia com a sua realidade sócio-econômica e respeito às suas tradições. Adequação do número de professores à quantidade de alunos. Provimento de material escolar adequado e em quantidade correspondente à demanda, com a diferenciação pedagógica quanto ao ensino de crianças ou adultos. Provimento de merenda escolar elaborada por nutricionistas, diferenciada segundo as faixas etárias e em quantidade correspondente à demanda.
- **Indicadores:** elevação do nível de escolaridade dos agricultores para acima da média nacional, almejando-se, em um período a ser estipulado pelos profissionais em pedagogia, de modo realista porém no menor prazo de tempo tecnicamente viável, duplicar-se a taxa de alfabetização existente nos assentamentos comuns (Bergamasco, 1997), ou seja, a meta de apenas 20% de analfabetos a curto prazo, chegando-se a zero no longo prazo. Ações similares relativas ao decréscimo da repetência escolar e ao incremento da percentagem de alunos que completam o ciclo básico, relativamente à população em idade escolar.

7.2 Moradia

- **Iniciativas:** elaboração, coordenação, execução e supervisão de um programa de construção de moradias de baixo custo, que atendam às condições de salubridade, número de pessoas por unidade de moradia e higiene estabelecidas por arquitetos e profissionais de saúde pública. Elaboração, coordenação, execução e supervisão de ações de fornecimento adequado de energia elétrica e de água potável. Capacitação da comunidade nas ações relativas à preservação da qualidade de sua moradia.
- **Indicadores:** número de casas de alvenaria construídas com a infra-estrutura necessária de energia elétrica, água potável e rede de esgoto.

7.3 Gênero e Trabalho Feminino

- **Iniciativas:** elaboração, coordenação, execução e supervisão de ações referentes à conscientização da importância da força de trabalho feminina, o direito à afirmação de seus desejos e aspirações, bem como a assertividade de si enquanto *agente social*.
- **Indicadores:** percentagem do nível de escolaridade feminina no assentamento modelo em comparação à escolaridade masculina, após as atividades educativas já descritas. Efetividade da presença e participação feminina nas atividades de extensão rural, de transferência de tecnologia, participação nas decisões comunitárias e na capacitação técnica em geral.

7.4 Saúde

- **Iniciativas:** elaboração, coordenação, execução e supervisão de atividades médico-sanitárias de prevenção e tratamento de doenças, com atenção especial àquelas que são porventura

endêmicas na região do assentamento modelo. Elaboração, coordenação, execução e supervisão de programa nutricional voltado especialmente para gestantes e população infantil.

- **Indicadores:** percentual do decréscimo de atendimentos e de óbitos relativos às doenças endêmicas no município do assentamento modelo em relação aos dados dos últimos cinco anos. Percentual do decréscimo de atendimentos e de óbitos relativos às doenças resultantes de falta de saneamento básico. Percentual do decréscimo de atendimentos e de óbitos relativos às doenças decorrentes das precárias condições de moradia. Percentual do decréscimo de atendimentos e de óbitos das doenças evitáveis por cuidados simples de higiene e alimentação.

8 SUPORTE INSTITUCIONAL E BENEFICIÁRIOS

A Embrapa Solos atuará como órgão de consultoria e apoio às ações voltadas para o processo de crescimento e consolidação das estruturas tecnológico-produtivas que a região necessite para desenvolver suas vocações.

A capacitação técnica, gerencial e operacional dos produtores agrícolas assentados será desenvolvida através de atuação da Embrapa, juntamente com órgãos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA e outras instituições municipais, estaduais e federais. Trabalhos conjuntos serão realizados com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Sindicatos Rurais, SEBRAE e EMATER. Também serão desenvolvidas ações de capacitação junto ao setor privado, cooperativas e associações de produtores. A Embrapa disponibilizará seus Centros Nacionais de Pesquisa e Produtos, para a realização de capacitação e treinamentos.

Os beneficiários diretos deste projeto de assentamento modelo serão as famílias rurais selecionadas, a cadeia produtiva e, indiretamente, a sociedade em geral, uma vez que o modelo proposto poderá ser implantado em locais cujas peculiaridades e vocações sejam respeitadas, resolvendo desta forma tanto as questões fundiárias como de conflitos sociais. Os assentamentos não mais serão considerados como um problema social, mas como pólos indutores de desenvolvimento sustentável.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, E. **The birth and death of meaning**. New York: The Free Press of Glencoe, 1962. 39 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados USP**, v.11, n.31, set./dez. p. 1-44, 1997.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 77-95.

BERNARDES, C. **Sociologia aplicada à administração**. São Paulo: Editora Atlas, 1993. p.120-123.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. 2.ed. Brasília: Senado Federal, 1997. 598 p.

EMBRAPA. Secretaria de Administração Estratégica. **III Plano Diretor da Embrapa**: realinhamento estratégico 1999-2003. Brasília: Embrapa-SPI, 1998. 40 p.

MST. Movimento dos Sem-Terra. História do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2000.

RAMOS, D. P.; MANZATTO, C.V.; BRAGA, D.; ARAÚJO, A. P. de. Nova concepção de projetos de assentamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 26., 1997. Rio de Janeiro, RJ. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. p. 421.

SILVA, J. G. da; WANDERLEY, M. de N. B. **A questão agrária do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasil. Debates, 1980, p.vii-xii.

WEBER, M. **Fundamentos da sociologia**. Porto, Portugal: Rés Editora., 1983, p. 48-71.